



Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa

Community-based ecotourism in the Amazon: a brief comparative analysis

Nelissa Peralta¹

Resumo

O ecoturismo de base comunitária tem sido desenvolvido na Amazônia como uma fonte de renda alternativa para diversificar a base produtiva de áreas rurais e como estratégia para diminuir a pressão sobre os recursos naturais. O objetivo do trabalho foi descrever de forma comparativa projetos de ecoturismo de base comunitária, utilizando dados secundários e primários. A análise comparativa demonstra que, em termos econômicos, o ecoturismo de base comunitária tem sido um incentivo para a permanência da população local em áreas rurais. Além disso, o ecoturismo como alternativa econômica atua na promoção da conservação dos recursos naturais, financiando a proteção das áreas naturais. Além de gerador de renda direta para as comunidades, o ecoturismo também contribui para a manutenção dos recursos pesqueiros.

Palavras-chave: Ecoturismo, base comunitária, Amazônia

Abstract:

Community-based ecotourism has been developed in the Amazon as an alternative source of income to diversify the productive base in rural areas and as a strategy to decrease the pressure over natural resources. The objective of this study was to describe comparatively ecotourism projects using both secondary and primary data. The analysis showed that community based ecotourism has been an incentive for the permanence of local people in rural areas. Besides, ecotourism has promoted conservation of natural resources, financing the protection of natural areas, generating direct income to communities, and contributing to the maintenance of fisheries resources.

¹Pesquisadora do Instituto Mamirauá -AM e doutoranda em Sociologia na UFMG.

Key words: *Ecotourism, community-based, Amazon*

1. Introdução

O turismo em áreas naturais é o segmento da indústria turística que mais cresceu nos últimos anos. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (2004), os segmentos de turismo de natureza e ecoturismo cresceram três vezes mais que a indústria turística como um todo (IES, 2006). Projetos de turismo em áreas naturais se multiplicam no Brasil, incentivados por políticas setoriais favoráveis e pela visão do País como detentor dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento do setor. Na Amazônia, desde os anos 1990, um dos segmentos turísticos — o ecoturismo — passou a ser visto como uma forma de desenvolvimento rural e como atividade mitigadora de pobreza, pois reduziria a pressão sobre os recursos naturais. O ecoturismo serviria, portanto, como estratégia para diminuir a pressão sobre os recursos naturais (BRANDON, 1995), fornecendo uma fonte de renda alternativa para diversificar a base produtiva de áreas rurais (EAGLES, 1994). Na Amazônia, organizações ligadas à conservação da biodiversidade investem em ecoturismo principalmente como uma estratégia de redução das ameaças locais à biodiversidade. A justificativa é que o ecoturismo depende da manutenção de áreas naturais e da riqueza de espécies de fauna e flora.

Esse segmento do turismo ganhou importância, após o reconhecimento do papel central das populações moradoras das áreas protegidas na promoção de ações voltadas para a conservação dos recursos naturais. Ou seja, quando foi sugerido que a inclusão das populações nos processos de uso e gestão da biodiversidade daria melhores resultados em relação ao atendimento das metas de proteção, do que a exclusão das populações dessas áreas (DIEGUES, 2000).

Para Moraes (2006), a integração das populações na gestão dos recursos naturais tem-se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa. Assim, alguns projetos de ecoturismo de base comunitária foram apoiados por organizações do Terceiro Setor com o objetivo de ter um efeito demonstrativo da aliança entre conservação e desenvolvimento desse modelo de unidades de conservação que inclui as populações tradicionais na gestão das áreas. Na Amazônia brasileira, existem vários projetos de ecoturismo de base comunitária. Analisar-se-ão aqui a Pousada Uacari, na Reserva Mamirauá-AM, a Pousada Aldeia dos Lagos em Silves-AM e a Pousada Pedras Negras na Reserva Extrativista de Pedras

² Conservation International, World Wildlife Fund for Nature, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Negras-RO. O objetivo deste artigo é fazer uma descrição comparativa desses projetos, utilizando dados secundários, no caso de Aldeia dos Lagos (BECKER e LÉNA, 2002; SAN SOLO, 2003) e Pedras Negras (DORIA e ROSENDO, 2003; DORIA, 2004; MORAES, 2006), e dados primários e secundários (PERALTA, 2005), no caso da Pousada Uacari.

2. Ecoturismo, conservação e desenvolvimento

O turismo é um grande movimento de pessoas e mercadorias, um fenômeno social que tem “aspectos de showbizz, de comércio internacional, parte dele é apenas divertimento inocente, parte uma devastadora força modernizadora” (STRONZA, 2001, p. 261). Neste trabalho, o turismo é entendido como

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1994, p.19, apud DIAS, 2003, p. 29).

Em várias definições do termo turismo, encontra-se um elemento comum: a ideia do deslocamento de pessoas para outra região em busca de lazer — uma prática de sociedades humanas desde a antiguidade (DIAS, 2003). Não obstante as crises internacionais que estagnam o setor de tempos em tempos, a indústria turística tem mostrado um padrão de crescimento. Altas taxas de desemprego nos países em desenvolvimento e necessidade de geração de divisas para atender aos pagamentos de suas dívidas provocam o aumento do interesse dos governos desses países no desenvolvimento do turismo. Para países receptores, o turismo é um potencial de desenvolvimento econômico e, por isso, promulgado por agências governamentais, da sociedade civil e do Terceiro Setor.

Embora o turismo de massa tenha sido originalmente apontado como indústria não poluente, geradora de empregos e aumento do produto interno bruto de muitos países, muitas evidências mostraram que seus benefícios econômicos eram marginais e seus custos sociais e ambientais eram muito altos (HEMMATI e KOEHLER, 2000). Na realidade, o turismo de massa gerou desenvolvimento pouco equitativo e a atividade se mostrou produtora de uma enorme variedade de impactos sociais, ambientais e econômicos (MOWFORTH e MUNT, 1998).

No âmbito econômico, ante o fenômeno da globalização, liberalização dos mercados e privatização, a atividade apresenta outros impactos negativos: as receitas dela advindas ficam concentradas em corporações que dominam o setor, os empregos gerados absorvem pouca mão de obra local, os investimentos públicos concentram-se na atividade e não priorizam outros setores mais tradicionais da economia local (HEMMATI e KOEHLER, 2000). Em razão desses fatores e do recente debate que critica o desenvolvimento industrial capitalista em favor de um *desenvolvimento sustentável*³, novas formas de turismo têm sido criadas como alternativas. Para Ignacy Sachs, um novo conceito de desenvolvimento deve levar em conta a sustentabilidade social: distribuição de renda e diminuição da desigualdade nos padrões de vida; sustentabilidade econômica, privilegiando a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos; sustentabilidade ecológica, de modo que o desenvolvimento econômico não comprometa a reprodução dos ecossistemas; sustentabilidade espacial, expressa no equilíbrio entre as relações do espaço rural e urbano; e sustentabilidade cultural, que valorize as diversas formas de relação entre o homem e a natureza (SACHS, 1993, p. 37). Outros tipos de turismo — ecoturismo, turismo ecológico, turismo de natureza — são comumente vistos como mais 'sustentáveis', mesmo que apenas comparados ao turismo de massa.

O importante é notar que o novo conceito de desenvolvimento desponta supostamente como novo paradigma, norteador de políticas, regulando ações e estratégias de desenvolvimento regional. O ecoturismo surge, nesse contexto, fundamentando-se nas noções de sustentabilidades social, econômica, espacial e cultural. O ecoturismo é, pois, resultado da necessidade de atender aos problemas causados pela atividade turística nas décadas passadas e também de novas tendências culturais, com o crescimento da demanda por novos tipos alternativos de turismo que podem oferecer outro tipo de experiência para o turista: uma experiência mais integrada ao meio ambiente e às culturas locais (MOWFORTH e MUNT, 1998; STRONZA, 2001).

Além disso, o ecoturismo passa a ser visto como uma forma de desenvolvimento rural e como atividade mitigadora de pobreza, pois abrandaria a pressão sobre os recursos naturais, já que, segundo esse novo paradigma, "a pobreza reduz a capacidade de as pessoas usarem, de forma sustentável, os recursos naturais, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente" (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1988, p. 53).

As definições mais utilizadas de ecoturismo são, em nível internacional, aquela elaborada pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (IES) e, em nível nacional, a que foi elaborada pela Embratur. Segundo a Ecotourism Society (1993), o ecoturismo envolve viagens a áreas naturais para entender a história natural e a cultural do ambiente, não alterando a integridade

³ O conceito de desenvolvimento sustentável, que se origina do Relatório Brundtland, é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades" (1988, p. 46).

dos ecossistemas e fazendo com que a conservação dos recursos naturais produza oportunidades de benefícios para as populações locais. A Embratur (1994), por sua vez, define o ecoturismo como uma atividade que utiliza, de forma sustentável, os patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas⁴.

O ecoturismo é definido de acordo com diversos fatores e atores envolvidos na atividade: as motivações dos turistas durante a viagem; o comportamento deles no meio ambiente; a preocupação do empreendimento com a base de recursos; e, além disso, é definido de acordo com os benefícios produzidos para as comunidades locais.

Seja como for definida, essa atividade está hoje presente nas estratégias de desenvolvimento econômico e de conservação de muitos países. Agências internacionais de fomento investem milhões de dólares na atividade (KISS, 2004). No Brasil, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessa indústria incentivam seu crescimento. As políticas desenvolvidas para o setor de turismo na Amazônia, na década de 1990, tiveram em comum a percepção do turismo como parte de uma estratégia de desenvolvimento alternativo regional e nacional. Grande parte das políticas e dos programas desenvolvidos já incorpora a retórica do desenvolvimento sustentável, buscando implantá-lo por meio de atividades de “baixo impacto”. O ecoturismo é visto, portanto, como alternativa de desenvolvimento sustentável, possibilitando a desconcentração econômica, distribuindo renda e possibilitando a inclusão de atores sociais antes excluídos.

Em muitos espaços rurais, nascem projetos de ecoturismo que buscam renda, desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações locais. Isso tudo sem os “impactos” já sentidos no passado por outros grandes projetos de desenvolvimento incentivados pelo governo. Na década de 1990, uma série de planos de ação e de pacotes de desenvolvimento regional teve o turismo como ponto central. Pode-se citar o PTA — Plano de Turismo da Amazônia (Sudam/Pnud 1992-1995); a Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal (MMA/Sudam 1997); o Projeto Turismo Ecológico (Embratur 1998) e o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia legal — Proecotur (MMA/Banco Mundial 1997). Fora dos polos de ecoturismo e longe dos grandes centros, alguns projetos de ecoturismo também foram implementados nos anos 1990 por meio de parcerias entre ONGs e populações locais. Neste artigo, trata-se de três projetos pioneiros de ecoturismo de base comunitária na Amazônia: a Pousada Aldeia dos Lagos-AM, a Pousada Uacari-AM e a Pousada Pedras Negras-RO.

⁴ Conforme o conceito proposto pela Embratur, a atividade apropria-se não apenas do patrimônio natural, mas também do patrimônio cultural do lugar, transformando as sociedades, as culturas e os indivíduos também em atrativos turísticos. A interação com as culturas locais pode ser parte principal do atrativo de um destino. As interações podem ser tanto oportunidades de geração de benefícios econômicos diretos para as comunidades locais, como meios de criação de mudanças sociais.

Dois dos três projetos de ecoturismo de base comunitária tratados aqui são realizados em unidades de conservação de uso sustentado: a Reserva Extrativista de Pedras Negras-RO e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM. As unidades de conservação são áreas protegidas que visam a promover a conservação da biodiversidade⁵. No Brasil, as unidades de conservação são divididas em duas categorias principais: unidades de proteção integral e as de uso sustentado. A ideia de criação de unidades de proteção integral (como os Parques Nacionais), para proteger a natureza, consolida-se depois da criação dos parques nacionais nos Estados Unidos. O primeiro parque nacional foi criado como uma ilha de natureza preservada, de grande beleza cênica, para usufruto dos visitantes, onde não poderia haver população residente (KINKER, 2002). Como o turismo de natureza e os parques nacionais originam-se simultaneamente, acredita-se que o turismo foi um dos motivos centrais para a criação dessas unidades.

Até o fim dos anos 1980, o modelo de conservação no Brasil era ainda muito baseado na ideia de preservação. Com a criação de unidades de conservação de uso sustentado, como as Reservas Extrativistas⁶ (1990) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável⁷ (1996), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi incorporando novas ideias de conservação, incluindo populações tradicionais no manejo das áreas. As unidades de conservação de uso sustentado tentam viabilizar a conservação da biodiversidade pelo manejo participativo e pela criação de alternativas econômicas sustentáveis. Tais unidades necessitam de pessoal e infraestrutura suficientes para as atividades de conservação e de melhoria das condições de vida locais que possam ser eficazes na conservação da biodiversidade. Uma das estratégias para a captação de recursos financeiros para a gestão das unidades de conservação do Amazonas é a promoção do ecoturismo.

O turismo de base comunitária é um termo cunhado na segunda metade dos anos 1990. Segundo Mitraud (2003), o "turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão". Hoje esse tipo de turismo é visto como um meio de apoiar a conservação da biodiversidade, pois se acredita que a destinação de certa área para atividades de ecotu-

⁵ Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), define uma unidade de conservação como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (IBAMA, MMA, 2002).

⁶ "Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se principalmente no extrativismo, definida com o objetivo de proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais" (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, jul. 2000).

⁷ O artigo 20 do SNUC define a Reserva de Desenvolvimento Sustentável como uma área natural que abriga populações tradicionais cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos em gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

rismo deve agir como incentivo para o manejo adequado dos recursos que nela se encontram (BRANDON, 1995).

De acordo com Kiss (2004), até meados dos anos 1990, a USAID (United States of America Development Agency) tinha 105 projetos (no valor total de dois bilhões de dólares) com componentes de ecoturismo. Entre 1988 e 2003, 32 dos 55 dos projetos financiados pelo Banco Mundial para apoiar unidades de conservação, incluíam ecoturismo. Isso mostra que o ecoturismo é visto, tanto por ONGs e organizações governamentais (que elaboram projetos), como por instituições financiadoras (que aprovam projetos), como uma estratégia-chave para a conservação de áreas protegidas.

Para Brandon (1995), os benefícios em favor da conservação deveriam ser considerados como objetivos básicos do ecoturismo e do turismo de natureza. Tais benefícios-chave podem ser agrupados em cinco áreas: i) fonte de financiamento para a conservação da biodiversidade, especialmente em unidades de conservação legais, ii) justificativa econômica para unidades de conservação, iii) alternativas econômicas para a população reduzir a super-exploração de recursos naturais, iv) construção de base de apoio que promove a conservação, v) incentivo para os esforços privados de conservação da biodiversidade.

No Brasil, as organizações conservacionistas investem em ecoturismo principalmente como uma estratégia de redução das ameaças locais à biodiversidade (World Wide Fund for Nature, Conservation International, Wildlife Conservation Society). A justificativa é que o ecoturismo depende da manutenção de áreas naturais e da riqueza de espécies de fauna e flora. Portanto, a proposição é que o ecoturismo serve tanto como um incentivo para a conservação (pois precisa de uma área bem conservada para funcionar), como uma alternativa econômica às práticas destrutivas de uso dos recursos naturais. A correlação entre a geração de benefícios pelo ecoturismo e melhores níveis de conservação dos recursos naturais ainda é uma hipótese pouco testada. Em alguns estudos, critica-se a aliança entre ecoturismo e conservação (WEST et al., 2006). Mas, em geral, o ecoturismo ainda é visto como uma alternativa econômica estratégica para conservação.

3. Pousada Pedras Negras-RO

A Pousada Pedras Negras está localizada a 760km de distância de Porto Velho, na RESEX Pedras Negras, no Vale do Guaporé, município de Costa Marques. A RESEX Pedras Negras tem 124.409 hectares e é habitada por 19 famílias que vivem da agricultura, caça e pesca (DORIA e ROSENDO, 2003).

As Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR) e a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé (Aguapé), com o objetivo de defender os interesses dos seringueiros, trabalharam para consolidar as reservas extrativistas propondo alternativas econômicas e intervenções sociais para possibilitar a manutenção dos seringueiros nas unidades de conservação (DORIA e ROSENDO, 2003). Desde 1997, um projeto de ecoturismo tem sido implantado na RESEX Pedras Negras. A iniciativa de ecoturismo teve a colaboração de entidades de base, além da OSR e Aguapé, a Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé). Além disso, o projeto recebeu apoio financeiro e técnico da World Wide Fund for Nature (WWF).

O ecoturismo foi escolhido como uma alternativa econômica depois de dois diagnósticos socioeconômicos, seguidos de estudos de viabilidade realizados na área. Com base na decisão das comunidades, as entidades envolvidas, OSR, Aguapé, Ecoporé, com apoio da WWF Brasil, buscaram conhecer os atrativos potenciais das RESEXs para o ecoturismo e buscaram apoios financeiros e técnicos (DORIA, 2004). De 1997 a 2003, os envolvidos no processo, trabalharam na implementação da infraestrutura de receptivo, na capacitação e organização comunitária e no planejamento participativo das atividades (MORAES, 2006).

Segundo Doria e Rosendo (2003), o ecoturismo na RESEX Pedras Negras foi desenvolvido em duas fases principais. Na primeira fase, de organização da comunidade e hospedagem dos primeiros grupos como teste, teve um investimento de US\$40,000. Na segunda fase, de implantação de infraestrutura física e treinamentos, houve investimento de US\$150,000. A infraestrutura compõe-se de uma pousada rústica na selva com capacidade para 12 pessoas; além dos apartamentos, há uma casa de seringueiro, um refeitório, um mirante e um observatório.

O principal atrativo da área é a história local e o próprio convívio com a comunidade extrativista (MORAES, 2006). Além disso, existem também atrativos naturais, como aves, macacos e plantas da Amazônia (MITRAUD, 2003).

As principais fontes de renda da comunidade de Pedras Negras são as vendas de mandioca e de castanha, gerando uma renda média anual de US\$400. Com a implantação do ecoturismo, as 14 famílias envolvidas na atividade passaram a ganhar benefícios econômicos

de cerca de US\$80 anualmente (DORIA e ROSENDO, 2003). Embora essa receita seja considerada baixa em outras regiões brasileiras, vê-se que a geração de renda extra de US\$80 representou um acréscimo de 20% na renda média anual das famílias da área. Na Pousada Pedras Negras, hospedaram-se, em média, trinta visitantes ao ano, o que deveria gerar uma receita estimada de R\$20.000,00, já que o preço do pacote de quatro noites custava, em 2008, US\$370 (REDTURS, 2008)⁸.

4. Pousada Aldeia dos Lagos-AM

O ecoturismo de base comunitária na região de Silves teve origem no Movimento de Preservação dos Lagos em que se buscava a defesa dos recursos naturais em depleção na região desde os anos 1880. Os líderes comunitários têm um conhecimento sólido e empírico dos processos da várzea e da dependência aos seus recursos, o que lhes deu a consciência da necessidade de sua conservação (BECKER e LÉNA, 2002). Desse movimento, apoiado pela Comissão Pastoral da Terra, nasceu, em 1993, a ASPAC (Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural), reconhecida como iniciativa promissora para o turismo ecológico e a gestão participativa — instrumentos de conservação dos recursos naturais da várzea —, implicando investimentos da ordem de US\$370,000 pelo projeto Pró-Várzea do PPG7.

A ASPAC deu origem a um projeto de ecoturismo: a Pousada Aldeia dos Lagos — empreendimento de ecoturismo de base comunitária localizado no município de Silves, no Amazonas, há 300km de Manaus. A Pousada Aldeia dos Lagos começou a ser construída em dezembro de 1994, com recursos do governo da Áustria, por meio da WWF-Brasil. Em 1997, foi inaugurada e, em 1999, a ASPAC organizou a criação da COOPTUR (Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental do Amazonas) com os moradores de grupos ribeirinhos e passou a contar também com o apoio do PROVÁRZEA/IBAMA (Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea).

A pousada foi construída em uma área de cinco hectares cedida pela Prefeitura de Silves e sua infraestrutura é constituída por um edifício principal com restaurante, área de serviços, loja de artesanato e mirante, e dois blocos em alvenaria com seis apartamentos cada, com banheiro privativo, ar condicionado, janelas teladas e varanda. A administração e a gerência estão a cargo da Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia (COOPTUR), formada basicamente por comunitários que, por meio de um sistema de rodízio,

⁸ Em abril de 2012, tentou-se entrar em contato com a Pousada Pedras Negras para confirmar a continuidade da operação, mas não se conseguiu resposta. Os sites de intermediários de pacotes de turismo de base comunitária também não divulgam mais viagens à RESEX Pedras Negras.

se beneficiam das atividades da pousada. Além de envolver a comunidade na prestação de serviços de hospedagem, também incentiva a opção por atividades de lazer desenvolvidas pela população local (ICEI, 2012).

Os atrativos naturais, sociais e culturais da região são usufruídos por meio de uma frota de seis lanchas de alumínio motorizadas e canoas de madeira, e os visitantes são sempre acompanhados por experientes guias nativos (REDTURS, 2008). São várias as formas de participação dos moradores na recepção aos turistas: apresentam-lhes suas moradias e suas formas de organização e de produção (estrutura familiar, medicina natural, hábitos, costumes); contam-lhes histórias e lendas da Amazônia; hospedam-nos para pernoites em suas redes de dormir; oferecem-lhes refeições (REDTURS, 2008).

O perfil dos visitantes variou no decurso dos anos, mas grande parte tem origem europeia, principalmente da Itália. Há também parcerias com universidades para a recepção de estudantes estrangeiros (ICEI, 2012).

São sete as comunidades envolvidas na ASPAC, das quais apenas três estão mais comprometidas com o projeto de ecoturismo. O empreendimento conta com cinco funcionários fixos que trabalham o ano todo; outros 17 atuam apenas na alta temporada (BECKER e LÉNA, 2002). Segundo esses autores, a renda média anual das famílias não envolvidas com o turismo estava em torno de U\$830.00, enquanto que a renda média anual daquelas famílias que de alguma forma realizam atividades para os turistas subia para de U\$1,180.00 (BECKER e LÉNA, 2002).

5. Pousada Uacari-AM

A Pousada Uacari que é um empreendimento de ecoturismo de base comunitária está implantada na RDS Mamirauá desde 1998. O ecoturismo é parte de uma série de alternativas econômicas desenvolvidas na RDS com o objetivo de promover a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações moradoras na unidade de conservação.

Para atingir tais objetivos, o Instituto Mamirauá atua com pesquisas e estudos de viabilidade para o planejamento turístico, implantação de infraestrutura de mínimo impacto, promoção da capacitação do pessoal local e sua organização comunitária, geração de benefícios socioeconômicos para a população e monitoramentos ambientais e sociais para a minimização dos impactos gerados pela atividade.

Para a construção da Pousada Uacari e a capacitação da população local para a operação turística, ou seja, para os investimentos iniciais no empreendimento (entre os anos de 1998 e 2002), o Instituto Mamirauá recebeu recursos financeiros do DFID (Department for

International Development, UK) e do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) em um montante de cerca de US\$550,000.00⁹.

A Pousada Uacari foi finalizada em 2001, mas, desde 1999, vem recebendo hóspedes do mercado nacional e do internacional. Vale lembrar que 70% dos turistas são de origem estrangeira. Tais turistas visitam a Reserva Mamirauá por causa de seus atrativos naturais, culturais e científicos. A programação é uma combinação de visitas a trilhas e lagos para observação da fauna, às comunidades locais para conhecer e entender o modo de vida das populações locais e às estações de pesquisa, onde os hóspedes podem interagir com pesquisadores locais.

São sete comunidades rurais que participam da atividade de ecoturismo e estão situadas na área do Setor Mamirauá, próximas à Pousada Uacari. Os comunitários participam do projeto de ecoturismo de várias formas — na prestação de serviços de hotelaria e condução de visitantes, no gerenciamento da pousada, nas tomadas de decisão por meio da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM) —, dividindo os excedentes gerados pela atividade, fornecendo produtos para a pousada, recepcionando turistas nas comunidades e vendendo artesanato.

O ecoturismo não foi idealizado para substituir as atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a agricultura, mas para ser uma fonte de renda extra para a população local (PERALTA, 2005). Para isso, e com o intuito de distribuir ao máximo os benefícios econômicos gerados, a pousada recebe cerca de cinquenta trabalhadores que participam de um sistema de rodízio de trabalho, em que são chamados por vez, dependendo do número de turistas que estão sendo recepcionados na ocasião. A associação local de prestadores de serviços em ecoturismo — AAGEMAM — constitui a pessoa jurídica para o trabalho na pousada.

A associação entre a operação turística e as atividades econômicas do local é essencial no sentido de manter as atividades tradicionais e distribuir benefícios econômicos. Em Mamirauá, as atividades que demonstram maior sinergia com o ecoturismo são o artesanato e a agricultura. Os turistas compram as mercadorias produzidas pelos artesãos locais nas próprias comunidades. Com isso, há incentivo para a continuidade das práticas dos artesãos que, antes do turismo, estavam deixando de lado tais habilidades. A população local mostrou-se interessada em recepcionar os visitantes nas comunidades, entendendo que poderia receber benefícios econômicos diretos. A visita à comunidade, feita de maneira estruturada, com o acompanhamento e o controle da população local, resulta em benefícios tanto econômicos, quanto socioculturais. Em Mamirauá, as visitas às comunidades foram elaboradas utilizando-se metodologias participativas para que a população local pudesse identificar as atrações existentes em cada comunidade, segundo a própria visão de atratividade e

⁹ Um estudo de 2012 calculou, além dos investimentos iniciais, suportes financeiro, técnico e logístico (pagamento de pessoal, suporte logístico, etc.) recebidos do Instituto Mamirauá, no período de 2002 a 2010, no valor de R\$746.000,00 (OZÓRIO e JÁNER, com. pess.).

estabelecer regras de conduta para os turistas durante as visitas.

Nos anos que o empreendimento produz excedentes, eles são divididos entre as comunidades do setor (50%) e seu sistema de fiscalização comunitária (50%). No primeiro ano, em 2002, as comunidades decidiram dividir em partes iguais os excedentes gerados. A partir de 2003, elaboraram normas de conduta, que são utilizadas como critérios de avaliação para determinar o valor que cada comunidade recebe do total dos lucros do empreendimento. Para ter acesso aos excedentes da atividade de ecoturismo, as comunidades locais devem respeitar as normas de conduta do Setor Mamirauá.

Elegeu-se uma comissão — com um membro de cada uma das sete comunidades — que avalia o desempenho destas em relação às normas de conduta. De acordo com a participação da comunidade, ela recebe um valor percentual do total de lucros. Para ter acesso a esse valor, cada comunidade elabora um projeto de desenvolvimento comunitário que é analisado, aprovado e monitorado pela comissão de avaliação. Desde 2002, vários projetos de desenvolvimento comunitário foram aprovados, tais como a construção de centros comunitários, a compra de rádios de comunicação e de embarcações comunitárias.

Em Mamirauá, os benefícios econômicos gerados durante a implantação foram significativos o bastante para demonstrar a importância da conservação do local. O ecoturismo contribuiu indiretamente para a manutenção de populações naturais de vertebrados — como pirarucus, jacarés e onças —, parte de uma estratégia de conservação que inclui fiscalização, educação ambiental e alternativas econômicas para a população.

De 1998 a 2011, o projeto gerou cerca de R\$1.490.682,630 para as comunidades que atuam com ecoturismo (PROGRAMA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, IDSM). A renda média anual por família, gerada só com a atividade de ecoturismo, foi de R\$2.258,00. O poder de compra médio por família aumentou em 148% em uma das comunidades que atua diretamente no projeto de ecoturismo (PERALTA, 2005). Grande parte dessa renda gerada beneficiou mulheres e jovens.

Os benefícios alcançados no âmbito social também são relevantes. A população local está sendo capacitada para o planejamento e a gestão turística. Além disso, em virtude do processo de gestão comunitária dos excedentes gerados pelo empreendimento, a organização das comunidades tem-se fortalecido. A participação comunitária e as bases científicas têm sido fatores fundamentais para o desenvolvimento do projeto. Apesar disso, impactos sociais foram também encontrados, como mudanças nos padrões das atividades econômi-

¹⁰ Este número variou no decurso de anos.

¹¹ Nos anos de 2005 e 2006, a pousada não produziu excedentes financeiros em razão do fechamento do aeroporto local em Tefé-AM, por sete meses, o que prejudicou o fluxo de visitantes à pousada e, conseqüentemente, às reservas financeiras do empreendimento. Nos anos de 2009 e 2010, também não foram produzidos excedentes por conta das crises econômicas mundiais que afetaram também as viagens internacionais.

¹² Normas elaboradas pelas comunidades que vão desde a participação nas reuniões do setor até a atenção ao zoneamento da área.

cas, diminuição das roças para o consumo e alterações nas relações sociais internas de gênero e poder. O principal desafio ainda é fortalecer a gestão comunitária do empreendimento, visto que este ainda é assessorado por técnicos do Instituto Mamirauá.

6. Considerações finais

De acordo com Doria e Rosendo (2003), a implementação do ecoturismo de base comunitária em RESEX é complexa, pois seus resultados aparecem em longo prazo e as comunidades precisam de respostas urgentes para suas necessidades básicas. Entretanto, quando desenvolvido como uma fonte de renda alternativa a outras atividades econômicas, pode contribuir para a consolidação das RESEXs e para a conservação das florestas tropicais. Em termos econômicos, o ecoturismo de base comunitária tem sido um incentivo para a permanência da população local em áreas rurais. Entretanto a quantia de renda gerada nem sempre atende às expectativas da população local, principalmente no início das atividades.

A atividade de ecoturismo como alternativa econômica atua na promoção da conservação dos recursos naturais por viabilizar o uso e a conservação deles. A atividade é importante principalmente quando está ligada a projetos de uso sustentável dos recursos naturais. Na RDS Mamirauá e na Pousada Aldeia dos Lagos, a receita gerada pelo ecoturismo está sendo utilizada no custeio das atividades de proteção e fiscalização dos lagos. Portanto, a atividade é potencialmente promissora como alternativa para a sustentabilidade das ações de proteção das unidades de conservação. Além de geradora de renda direta para as comunidades, o ecoturismo também contribui para a manutenção dos recursos pesqueiros — vitais para a sobrevivência das populações rurais da Amazônia.

Dois dos desafios que tangem à consolidação do ecoturismo de base comunitária na Amazônia referem-se: i) à sua inserção no mercado ecoturístico, pois o mercado internacional é de mais difícil acesso e o mercado nacional ainda é incipiente; ii) à gestão comunitária dos empreendimentos, que necessita de investimento em longo prazo para consolidar-se. Além disso, fatores externos expõem os empreendimentos a riscos que podem comprometer a continuidade. O acesso a locais remotos, por exemplo, é um problema que precisa ser equacionado. No caso da Pousada Uacari, o fechamento temporário do aeroporto local, em 2006 e 2007, diminuiu o fluxo de visitantes que vinha crescendo a cada ano. Como resultado das crises econômicas de 2008 e 2011, houve uma redução no fluxo de turistas tanto na Pousada Uacari, quanto na Pousada Aldeia dos Lagos. Ambos os fatores externos impactaram os resultados financeiros da atividade; o que, por sua vez, pelo menos no caso da Pousada Uacari, diminuiu relativamente o interesse de alguns comunitários pela atividade.

7. Referências

- BECKER, B.; LÉNA, P. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia**. Setembro, 2002. Disponível em: <http://www.unifap.br/ppgbio/doc/Bertha%20Becker.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2008.
- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 1995.
- DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DORIA, C. **Viabilidade do ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004. 289 p. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido — PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- _____; ROSENDO, S. F. D. Community-based ecotourism in the Pedras Negras and Curralinho Extractive Reserves, Guaporé River Valley. **Lyonia**, vol. 4, n.o 1, p. 35-42, 2003.
- EAGLES P. F. J. Understanding the market for sustainable tourism. In: EAGLES, M.; STEPHEN, F.; WATSON, A. E. **Linking tourism, the environment, and sustainability**. Minneapolis: Annual meeting of the National Recreation and Park Association, 1994.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO — EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.
- HEMMATI, M.; KOEHLER, N. Financial Leakages in Tourism funds?. **Sustainable Travel & Tourism**, p.25-29, 2000.
- ICEI-Brasil. Disponível em: <<http://www.amazoniacomunitaria.org/pousada-aldeia-dos-lagos-silves-am/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

INTERNATIONAL ECOTURISM SOCIETY. **Fact Sheet:** Global Ecotourism. Updated edition, September 2006. Disponível em: <http://98.130.251.51/assets/files/Ecotourism%20Fact%20Sheet%20-%20Global%5B1%5D.pdf>. Acesso em: maio 2009.

JUSTE, M. **Ribeirinhos do AM montam pousada no meio do paraíso.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=1482&lay=mam. Acesso em: 3 jan. 2008.

KINKER, S. **Ecoturismo e a conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas- SP: Papirus, 2002.

KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation?. **Trends in Ecology and Evolution**, vol.19, n.o5, 2004.

MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MORAES, E. Áreas protegidas, inclusão social e turismo. In: II SAPIS — Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/edilainemoraes.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2008.

MOWFORTH, D.; MUNT, I. **Tourism and sustainability in the third world.** London: Routledge, 1998.

PERALTA, N. **Os ecoturistas estão chegando:** aspectos da mudança social na RDS Mamirauá-AM. Belém: UFPA, 2005. 204 p. Dissertação (Mestrado) — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

REDTURS — Red de Turismo Comunitário de América Latina. Disponível em: <http://www.redturs.org/nuevas/index.php>. Acesso em: 20 maio 2009.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves-Amazonas. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, vol. 1, n.o 1, p. 39-50, 2003.

STRONZA, A. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. **Annual Review of Anthropology**, vol. 30, out. 2001.

WEST, Paige; IGOE, James; BROCKINGTON, Dan. Parks and peoples: the social impact of protected areas. **Annual Review of Anthropology**, vol. 35, p. 251-277, 2006.